

O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)

KALINA VANDERLEI SILVA*

Resumo: Este artigo aborda as representações do sertão no imaginário barroco das vilas canavieiras das capitanias do norte do Estado do Brasil, a partir da obra de dois cronistas coloniais, Gabriel Soares de Souza e Ambrosio Fernandes Brandão.

Abstract: This article analyzes the representation of "sertão" (Brazilian colonial frontier), built by the baroque imaginary of sugar cities in the 16th and 17th centuries. Our sources are Gabriel Soares de Souza and Ambrósio Fernandes Brandão's writings.

Palavras-chave: Sertão. Representação. Barroco.

Key Words: Frontier. Representation. Baroque.

Durante o século XVII, a sociedade das vilas açucareiras das capitanias do norte do Estado do Brasil, que conhecia a diversificação de seus grupos sociais e a prosperidade dos senhores de engenho, iniciou um movimento de expansão para o interior do continente, em busca da ampliação de suas propriedades. A área canavieira dilatava, assim, a colonização para o interior a partir da criação extensiva de gado bovino. Tal movimento se desenvolveu em um espaço conhecido como sertão.

A idéia de sertão existia no imaginário dessa sociedade desde o século XVI, construída a partir de uma oposição entre as regiões colonizadas do litoral da América portuguesa e aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana. Esse imaginário criou uma dicotomia entre o espaço considerado *civilizado* e aquele considerado *selvagem*. E até o apogeu da mineração no centro-sul do Brasil, a região *civilizada* por excelência foi a área açucareira, sendo a cultura barroca o sistema de valores dominante dessa *civilização*.

* Professora-adjunto da Universidade de Pernambuco/FFPNM; Doutora em História pela UFPE. Coordenadora do Grupo de Estudos *História Sócio-Cultural da América Latina*/UPE. E-mail: kalinavan@uol.com.br

Na historiografia brasileira, Capistrano de Abreu, em fins do século XIX, foi o primeiro a se preocupar com a construção histórica do sertão colonial. De lá para cá, outros historiadores têm trabalhado o tema, inclusive a origem etimológica da palavra. Tais estudos definem a genealogia da palavra *sertão* a partir de *desertão*, de *deserto*: não o deserto físico, climático, mas o espaço caracterizado por um vazio de súditos da Coroa portuguesa.¹

A palavra *sertão* parece ter surgido no século XV, significando *interior*, o espaço longe da costa. Mais tarde, como afirma Emanuel Araújo, um de seus principais elementos definidores foi “a idéia de grandes vazios incultos”. Araújo ilustra sua afirmação com as falas de cronistas do século XVII, como João Pereira Caldas e Frei Martinho de Nantes. Para Caldas, “a nossa América é dilatadíssima, e comparada a sua vastidão com o número de habitantes, sendo este já muito considerável, ela nos apresenta ainda deserta”. Já Martinho de Nantes asseverou que “entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo”. Referindo-se indiretamente ao sertão, eles aludem à vastidão dos interiores da América portuguesa, marcados por uma ausência de “habitantes”, ou seja, de colonos. Nantes acusou, inclusive, o temor que esses espaços abertos impunham àqueles oriundos da região colonizada ou da metrópole.²

Assim, a palavra que inicialmente indicava o apartado do litoral, foi gradativamente ganhando o significado de região inóspita e sem lei. Significados que contrastavam com as imagens ideais que o litoral elaborava de si mesmo, de suas vilas e engenhos. Aqui, cabe fazer um paralelo com os estudos de Angel Rama sobre os significados civilizacionais do espaço urbano na América hispânica colonial. Para Rama, a cidade colonial era o baluarte da ordem, fundamento da civilização barroca, base e ponto de partida para a conquista dos vazios, os desertos, os sertões. Ao estudarmos o processo de conquista do sertão das capitânicas do norte do Estado no Brasil no século XVII, no qual grupos sociais urbanos participaram ativamente ao lado da Coroa portuguesa, percebemos que a análise de Rama pode ser útil para a compreensão da

¹ Para a construção do conceito de *sertão*: ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Itatiaia, 1988, p. 141-216; ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, M. (org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado do Brasil em 500 anos*. São Paulo: Ed. Campus, p. 45-91; LOPES, Fátima M. *Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003, p. 125-158.

² ARAÚJO, op. cit., p. 82.

relação entre conquista e sociedade açucareira, pois, ao lado dos engenhos, os núcleos urbanos foram importantes baluartes da cultura e da sociedade colonial, saindo desses baluartes muitos dos personagens e das idéias que fundaram o sertão.³

A partir do final do século XVI, o imaginário barroco começou a se consolidar, juntamente com as estruturas sociais das vilas açucareiras. Nele foram gestadas imagens sobre as áreas continentais para além das fronteiras canavieiras. Ou seja, construía-se, dentro dessas estruturas mentais e sociais, um conjunto de representações sobre o sertão que é visível nas obras dos escritores do período. Os discursos literários de autores como Gabriel Soares de Souza e Ambrósio Fernandes Brandão estão carregados de significados e valores então em voga, permitindo-nos perscrutar a memória coletiva e o imaginário comum aos integrantes da sociedade das vilas açucareiras entre o último quartel dos Quinhentos e fim dos Seiscentos.

As obras de Gabriel Soares de Souza e de Ambrósio Fernandes Brandão não apenas foram bastante difundidas em seu tempo, mas tornaram-se discursos fundadores da historiografia brasileira. Assim, podemos tomar esses autores como fontes privilegiadas para a observação das imagens difundidas pelo barroco sobre o sertão. Esses cronistas, portugueses de nascimento, porém inseridos em um cenário colonial, realizavam um processo de reprodução/recriação de modelos clássicos da cultura ocidental, transpondo-os para a América. Suas descrições do *Novo Continente* transportavam para esse espaço figuras e conceitos clássicos e medievais que, à primeira vista, serviam de base para a compreensão da terra e dos habitantes, mas que na verdade reproduziam estereótipos europeus na América. Apesar das comparações de imagens americanas com imagens ocidentais responderem à necessidade dos autores de descrever o novo a partir de sua própria linguagem, Soares de Souza e Fernandes Brandão, como outros dos cronistas coloniais, utilizavam essas comparações primordialmente para reafirmar idéias consolidadas na Europa, menos do que para descrever o Novo.

Alfredo Bosi, ao analisar os autores da *literatura de viagem* e sua relação com a descrição da América, defende a idéia de que precisamos pensar esses personagens a partir de sua inserção no contexto americano, a partir “de um complexo colonial de vida e de pensamento”, desligando-os do contexto europeu no qual não

³ RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 26, 35.

mais estavam inseridos.⁴ Por outro lado, Janice Theodoro considera sobre a mesma questão que tais autores não criaram nada de novo, mas se mantinham *copiando* os modelos clássicos. Para ela, tais escritores/observadores não buscavam o conhecimento do novo, mas recriavam o imaginário medieval e clássico, transplantando suas figuras para a América. Essa transposição de imagens simbolizaria a transposição de valores culturais responsáveis pela efetivação da obra colonial. Obra possível graças à criação de uma equivalência cultural entre metrópole e colônia. Sendo assim, para Theodoro “o processo de descrição e observação do continente recém-descoberto envolvia basicamente a manutenção do universo europeu e não o conhecimento da América”.⁵

Considerando a existência de uma complementaridade nas abordagens de Bosi e Theodoro sobre os cronistas coloniais, partimos de uma síntese de suas propostas para analisar as obras de Gabriel Soares de Souza e de Ambrósio Fernandes Brandão em busca das representações sobre o sertão construídas pelo imaginário barroco. Com base nessa síntese, entendemos que a análise de tais cronistas não se deve fundamentar somente em sua ligação com as estruturas mentais européias, visto que a transposição cultural para a América não se deu de forma perfeita, surgindo na colônia estruturas sociais e mentais originais, mestiças. Mas em contrapartida lembramos que tais autores procuraram sempre em uma outra estrutura mental, no imaginário ocidental europeu, as imagens que empregavam para representar o que viam no *Novo Mundo*.

Assim, mitos ocidentais, como o mito das amazonas, foram transportados para um novo cenário, modificando-se no percurso, ao serem recriados pelos cronistas coloniais.⁶ Dentro do imaginário colonial, personagens como Gabriel Soares de Souza eram definidos por papéis sociais típicos da colônia: senhor de engenho, imbuído de valores barrocos coloniais, Soares de Souza foi um conhecedor do interior continental, com interesses divididos entre agradar a corte espanhola – que, no fim do século XVI, controlava Portugal – e assumir um papel de elite dominante na colônia.

Os indivíduos que, vivendo nas vilas açucareiras, compartilhavam de um mesmo imaginário, representavam o sertão a partir

⁴ BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 11.

⁵ THEODORO, J. *América barroca: tema e variações*. São Paulo: Nova Fronteira/Edusp, 1992.

⁶ Para o mito das amazonas na conquista da América, cf. MOTT, L. As Amazonas: um mito e algumas hipóteses. In: VAINFAS, R. (org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 33-57.

de imagens semelhantes, que reproduziam também as múltiplas relações possíveis mantidas entre os sujeitos coloniais e o sertão. Levando-se em consideração que o indivíduo não é responsável pelos sentidos dos discursos que profere, sendo ele próprio uma parte constitutiva do processo de produção dos sentidos, a obra de cada um desses cronistas se apresenta não como fruto de um conjunto de opiniões e visões particulares, mas como parte integrante de um imaginário dominante que abarcava o próprio autor.⁷ Nesse sentido, o cronista enquanto autor, por mais que tentasse direcionar sua interpretação, não poderia se esquivar dos sentidos presentes no interdiscurso, na memória coletiva, no imaginário dominante. Partindo dessa premissa, podemos considerar que as imagens do *sertão* elaboradas pelos escritores coloniais foram produzidas a partir da idéia de sertão conhecida pelo cronista, idéia dominante na sociedade da qual ele era um elemento constituinte. Esses discursos literários tinham como limite não a imaginação do autor, mas a imaginação do público leitor, e suas crenças, não no que poderia ser verídico, mas no que poderia ou não ser verossímil.

Todorov nos propôs uma discussão sobre a veracidade das crônicas enquanto fontes, partindo da análise de textos da conquista do México. A seu ver, pouco importa se os escritos dos conquistadores contêm o que ele chama de “falsidades”, pois podem ser analisados enquanto atos e não simplesmente como descrições. Sua proposta metodológica considera que a melhor forma de trabalhar as crônicas da conquista é, em primeiro lugar, buscar as circunstâncias de sua produção, ou seja, o momento, a forma e o objetivo com que foram escritas. Em segundo lugar, é preciso buscar a recepção do discurso, pois esta é tão reveladora da sociedade e o momento histórico em questão quanto sua produção. Nessa perspectiva, importante para o historiador é saber se autor e público acreditavam no texto, e não se este traz “mentiras” ou “verdades”. Assim, “um fato pode não ter acontecido, contrariamente às alegações de um cronista. Mas o fato de ele ter podido afirmá-lo, de ter podido contar com a sua aceitação pelo público contemporâneo, é pelo menos tão revelador quanto a simples ocorrência de um evento, a qual, finalmente, deve-se ao acaso”.⁸

⁷ A discussão sobre a relação entre o sujeito e os sentidos do discurso pode ser vista em ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1990, p. 28-29.

⁸ TODOROV, T. *A Conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 64.

Nessa abordagem, a compreensão dos significados atribuídos pela sociedade açucareira ao conceito/espço sertão deve partir da análise dos discursos que ela produziu sobre essa região. Produção contemporânea, no século XVI, da consolidação das vilas açucareiras e sua sociedade, e visível, por exemplo, na obra do reinol, senhor de engenho e capitão de entradas para o sertão, Gabriel Soares de Souza. Mas antes de buscarmos essas representações, é importante analisarmos a forma como o imaginário barroco surge no discurso de Soares de Souza. Pois, para compreendermos as imagens que construíram o sertão, precisamos partir de seu imaginário.

E Soares de Souza reproduziu muito do imaginário barroco dominante nas vilas açucareiras de fins do século XVI. Nele encontramos, por exemplo, a idéia da “mácula de sangue”, conceito pertencente ao sistema de valores barroco ibérico, assim como a preocupação com a ostentação, característica dessa cultura. Sua descrição de Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, serve-nos de ilustração: “Tomé de Souza foi um fidalgo honrado, ainda que bastardo, homem avisado, prudente e muito experimentado na guerra da África e da Índia, onde se mostrou muito valoroso cavaleiro em todos os encontros em que se achou; pelos quais serviços e grande experiência que tinha, mereceu fiar dele El-Rei tamanha empresa como esta que lhe encarregou [o governo geral]”.⁹

Os elogios a Tomé de Souza foram feitos com base no ideário barroco: ser um “fidalgão honrado” era sua característica mais abonadora, visto que a fidalguia era o elemento principal da cultura barroca. Tomé de Souza, todavia, não era fidalgo de berço, observação que o autor não deixou de fazer. Tinha ele ascendido à fidalguia através de serviços militares prestados à Coroa, e nesse ponto o autor ressalta sua prudência e a coragem, características que correspondiam à imagem ideal do *hidalgão* castelhano e a seu gosto pelo heroísmo, pela ação e pela aventura.¹⁰

Outra ilustração é sua descrição dos costumes ostentatórios da elite canavieira: “Na cidade de Salvador e seu termo há muitos moradores ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalos, e alfaias de casa, em tanto, que há muitos homens que têm dois e três mil cruzados em jóias de ouro e prata lavrada, (...) os quais tratam suas pessoas muito honradamente, com muitos

⁹ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Ed. Massangana, 2000, p. 90.

¹⁰ Para o imaginário do *hidalgão*: FRANÇA, Eduardo D.Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 60-77.

cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, porque não vestem senão sedas, por a terra não ser fria, no que fazem grandes despesas, mormente entre a gente de menor condição; (...).”

Na seqüência, Souza, inclusive, apresenta tais costumes como parte do cotidiano da população livre em geral, afirmando que nessa sociedade qualquer peão andava vestido com sedas e damascos. Aqui, poderíamos empregar a definição de Todorov e considerar que o trecho a seguir se insere mais no âmbito do verossímil que do verídico, pois diz Gabriel Soares que “qualquer peão anda com calções ou gibões de cetim ou damasco, e trazem as mulheres com vasquinhas e gibões do mesmo, os quais, como têm qualquer possibilidade, têm suas casas muito bem concertadas e na sua mesa serviço de prata, e trazem suas mulheres muito bem ataviadas de jóias e ouro”.¹¹

Partindo das premissas de Todorov, o trecho acima se apresenta como o discurso do verossímil, pois mesmo não representando uma descrição acurada dos hábitos da *plebe*, sugere uma crença, disseminada entre aqueles que compartilhavam desse imaginário, de que os valores barrocos eram aceitos tanto pela elite quanto pela *plebe*. Ao analisarmos as circunstâncias da produção desse discurso, encontramos dados que indicam que tal descrição exagerou uma situação que correspondia às condições de vida de personagens que ascenderam a partir das camadas mais baixas da sociedade açucareira e que usavam o costume da ostentação como indicativo de seu novo status.¹² A fala de Soares de Souza exagerou assim uma situação real, de forma que seu discurso tornou-se ainda mais crível para os leitores.

Gabriel Soares de Souza era reinol, não mazombo, e, todavia, tornou-se elemento representativo de um imaginário aprendido na colônia. Nesse sentido, ele representa não apenas o escritor metropolitano descrevendo terras estranhas, mas o nascimento de uma consciência de colono. E apesar dessa consciência por muito tempo tentando transportar para a América as características da metrópole, a própria condição colonial – com sua estrutura econômica própria, e com a mistura de valores estamentais e escravocratas –, agiu sobre essa reprodução de mitos, recriando-a.

¹¹ Ibid., p. 101.

¹² Exemplo é o ex-escravo ioruba, que se tornou cabeceira do tráfico de escravos, e depois de alforriado enriqueceu com o comércio escravista. Esse personagem, chamado pelo nome cristão de João Oliveira, contribuía para irmandades leigas no Recife, chegando também a ter arrolado entre seus bens inúmeras peças de vestuário dignas da mais alta elite. VERGER, Pierre. *Os Libertos – sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1992, p. 9-12.

O nascimento de um imaginário propriamente colonial a partir de uma base europeia é visível no discurso de Gabriel Soares sobre o sertão. Durante a sua vida, Soares manteve uma relação profunda com o sertão, que o levou a ser capitão de entradas. Mas no momento em que sua obra foi escrita, essa relação era ainda uma idéia e não uma prática. Não tendo então contato direto com esse mundo, descreveu-o a partir das idéias partilhadas com a sociedade ao seu redor, e das informações fornecidas por seu irmão. Ou seja, baseou-se na memória coletiva, no imaginário dominante, para criar o sertão de seu *Tratado*, o sertão que *queria* percorrer. E a primeira imagem que usou para representar esse espaço foi a de interior, utilizada na descrição de um engenho real existente no rio Pirajá, na Bahia: “Pelo sertão deste engenho, meia-légua dele, está outro de Diogo da Rocha de Sá”.

Seu *Roteiro Geral da Costa Brasileira* e o *Memorial e Declaração das Grandezas do Brasil* foram escritos em Madri, para onde partiu em 1586 em busca de permissão para realizar entradas no rio São Francisco. Escrita, dessa forma, antes de sua jornada ao sertão, sua obra é mais representativa do imaginário da zona do açúcar do que das pessoas e experiências que de fato transitavam pelo continente.

Gabriel Soares, sendo um reinol letrado e senhor de engenho leal à Espanha, descreveu a costa do Brasil como fértil e abundante, atitude apropriada na diplomacia de então: a costa foi retratada como “muito abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os da Espanha”. Uma fertilidade expressa também na riqueza de metais, esmeraldas e salitre. O rio Amazonas foi apresentado como um dos maiores rios do mundo, “povoado de gentio doméstico e bem acondicionado”.¹³

Suas descrições da terra eram utilitaristas: a boa terra era aquela que apresentava os melhores gêneros para exploração colonial, sendo que, no caso do Amazonas, esse *gênero* era o gentio doméstico. Sua situação de vassalo da Espanha intensificou o estilo da crônica, visto a vontade do autor em agradar os suseranos e chamar sua atenção para as potencialidades da colônia. Se Soares dizia o que os espanhóis queriam ouvir, é possível que também acreditasse no que estava dizendo, uma vez que já incorporara um conjunto de representações construídas por outros aventureiros.

Descendo a costa leste do Brasil, o *Tratado* continua com descrições geográficas e etnológicas, muitas das quais não foram baseadas em conhecimento pessoal da região. Ao descrever a Paraíba, Soares deu especial atenção aos índios potiguar, que então “assolavam” Pernambuco e Itamaracá, resistindo à colonização da região:

¹³ SOUZA, op. cit., p. 107, 2, 5-6.

Este gentio senhoreia esta costa do Rio Grande até a Paraíba, onde se confinaram antigamente com outro gentio, que chamam os Caités, que são seus contrários, e se faziam cruelíssima guerra uns aos outros, e se fazem ainda agora pela banda do sertão onde agora vivem os Caités, e pela banda do Rio Grande são fronteiras dos Tapuias, que é gente mais doméstica, com que estão às vezes de guerra e às vezes de paz, e se ajudam uns aos outros contra os Tabajaras, que vizinham com eles pela parte do sertão.

Nesse trecho, aparecem as tribos de língua não tupi habitantes do interior continental, chamadas genericamente de *tapuias* pelos colonizadores, apresentadas como “gente mais doméstica” do que os potiguar, tribo tupi da costa. Mais tarde, durante a conquista do sertão no século XVII, os *tapuias* passaram a ser considerados os mais hostis dentre os habitantes do Brasil. No entanto, enquanto Soares de Souza escrevia, em fins do XVI, as tribos do interior ofereciam um perigo bem menor à colonização do que os tupi da costa, empenhados nesse momento em combater os portugueses. Isso explica a maneira branda como os *tapuias* foram descritos nas crônicas de Soares. E talvez apenas aqui ele atenuar os perigos do sertão, o que faz com o intuito de ressaltar os perigos das tribos tupi da costa, grandes contrárias à “civilização” açucareira, quando não aculturadas pelos religiosos.

Se em geral o *Tratado* apresenta o sertão simplesmente como interior, região distante tanto do litoral quanto da colonização, o fragmento acima o apresenta também como o espaço das tribos “cruelíssimas”, um espaço de guerras intertribais. Ou seja, um espaço de “selvageria” e perigo. Não apenas a descrição dos potiguar, mas também dos caeté, apresentados como senhores da costa do São Francisco até o rio Paraíba, contribui para esse sentido: “Confederaram-se os tupinambás seus vizinhos com os tupinaês pelo sertão, e ajuntaram-se uns com os outros pela banda de cima, donde os tapuias também apertavam estes Caetés, e deram-lhe nas costas, e de tal feição se apertaram, que os fizeram descer todos para baixo, junto do mar, onde os acabaram de desbaratar”.

Aqui a destruição dos caeté não é apresentada como obra do colonizador, mas como produto das próprias guerras intertribais realizadas “pelas bandas do sertão”. Os caeté teriam sido “consumidos” não pela colonização, mas pelos “seus contrários”. Aquele pouco gentio caeté que teria escapado, por sua vez, “se lançou pela terra dentro” ou se misturou com seus inimigos. O sertão vai tomando, assim, também a feição de um espaço de fuga e liberdade.

Mas, principalmente, o sertão de Gabriel Soares é o lugar da abundância e promessas de riqueza. Sua crença nesta riqueza fica patente em seus esforços em conseguir privilégios régios para empreender entradas no sertão em busca de minas. Esse interesse aparece, por exemplo, em descrições como a do rio Sergipe, tido como farto de pescado e cujo sertão, apesar de sofrível para povoação, era rico em matas de pau-brasil. Sobre o rio São Francisco, Soares se apegou aos relatos indígenas que afirmavam “pelo seu sertão haver serras de ouro e prata”. Nesse sentido, o sertão de Soares era basicamente o espaço d,*el dorado*, das tão procuradas minas.

Mas, pouca unidade havia na definição desse espaço. Não havia *um* sertão, mas vários. Cada sertão correspondendo ao interior de determinado rio, de um determinado lugar. A palavra significava os lugares indefinidos e vagos. Além do sertão do rio Sergipe, Soares fala ainda, por exemplo, do sertão do rio Real, na Bahia: “Pelo sertão deste rio há muito pau-brasil, que com pouco trabalho todo pode vir ao mar, para se poder carregar para estes reinos”.¹⁴

Nessa imagem, o sertão exige pouco trabalho para ser explorado. Aqui lembramos o objetivo da produção do *Tratado* e começamos a considerar esse discurso sobre as facilidades de exploração de um lugar que o próprio autor afirma distante e “selvagem” mais propaganda do que crença do autor, visto que o mesmo foi elaborado para convencer o rei da Espanha da importância de entradas ao continente.

Voltando para os comentários de Gabriel Soares sobre os rios baianos, vemos que ele já fala em currais nos *sertões* desses rios. Apesar disso, sua obra ainda representa o momento no qual as atenções conquistadoras se mantinham na costa, com empreendimentos sucessivos de guerra aos tupi e colonização do litoral. Tal situação aparece, por exemplo, na descrição do governo de Mem de Sá que “destruiu e desbaratou o gentio que vivia de redor da Bahia, a quem queimou e assolou mais de trinta aldeias, e os que escaparam de mortos ou cativos, fugiram para o sertão e se afastaram do mar mais de quarenta léguas”.

Apesar da existência de currais ao longo dos rios, a colonização ainda se esmerava em tentar empurrar os tupi da costa para o interior. Ou seja, para o sertão. E se o sertão era o espaço da fuga, no fim do XVI essa fuga era a dos índios desbaratados do litoral. O lugar onde os *selvagens* que não podiam viver mais na costa, ou seja, no espaço da *civilização*, encontravam abrigo.

¹⁴ Ibid., p. 16, 17, 25, 27, 29, 30.

Ao afirmar sobre a Bahia que “toda a terra por aqui é muito fresca, povoada de canaviais e pomares de árvores de espinho, e outros frutos da Espanha e da terra”, era de uma Bahia restrita ao litoral e seu Recôncavo canavieiro que Gabriel Soares falava. Os interiores de Bahia e Pernambuco não pertenciam à civilização – barroca esta –, da qual ele descrevia a riqueza e a opulência dos habitantes. O interior era ainda terra estrangeira, coberta por um “mato que se chama a caatinga, que está pelo menos afastado vinte léguas do mar, que é terra seca, de pouca água onde a natureza criou a estas árvores [umbuzeiros] para remédio da sede que os índios por ali passam”.¹⁵ Construiu, assim, uma diferença no que considerava “a Bahia”, terra abundante, e no que considerava o “sertão da Bahia”, terra seca e infértil.

Essas tentativas de nomear, descrever e classificar, entre outras coisas, a vegetação do sertão qualifica o *Tratado* como manual de exploração. E os manuais eram um gênero típico da cena literária barroca.¹⁶ O utilitarismo da obra transparece em trechos como a descrição dos tupinaé: “gentio da Bahia que vivem pela terra dentro de seu sertão, dos quais diremos o que podemos alcançar deles”.¹⁷ Ou seja, conhecer a “serventia” dos índios, da flora e da fauna do sertão, era então questão de fundamental importância no processo de conhecimento do próprio sertão. Conhecimento entendido como controle.

Em síntese, podemos observar que, a partir das últimas décadas do século XVI, as vilas da zona açucareira da América portuguesa, principalmente nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, vivenciaram a hegemonia de um sistema de valores derivado da cultura barroca ibérica, que em comunhão com a realidade colonial gerou um imaginário barroco mestiço que se tornou dominante nessa sociedade. Esse conjunto de imagens, idéias e crenças se estruturou a partir da adaptação de um imaginário ibérico ao contexto histórico, político e social da América portuguesa, e logo se misturou com outros imaginários de origem africana e indígena na área canavieira. E desse complexo de imagens mentais, que abarcou diversos grupos sociais, surgiram os discursos fundadores de um novo território colonial, o sertão, consolidado com a guerra às tribos continentais no século XVII.

¹⁵ Ibid., p. 94, 108, 153.

¹⁶ É Maravall quem nos mostra que a elaboração de manuais era uma ferramenta para a mecanização das atitudes nas sociedades barrocas. Cf. MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco – análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 1997, p. 119-151.

¹⁷ SOUZA, op. cit., p. 92.

Assim, o sertão, enquanto espaço, enquanto imagem discursiva, enquanto realidade social e política, surgiu primeiro na mentalidade dos colonos das vilas açucareiras. E mesmo após a consolidação da sociedade colonial sertaneja, tal espaço continuou a ser significado como o espaço da selvageria, do bravio, do feroz. O interior do Brasil por excelência.

A obra de Gabriel Soares, nesse sentido, tornou-se um discurso fundador de mitos sobre a colonização, e perpetuador de imagens e representações, inclusive sobre o sertão. Discurso este nascido do imaginário barroco açucareiro. Que a obra de Gabriel Soares assumiu esse caráter fundador de mitos/discursos na historiografia brasileira vemos na ampla aceitação de sua obra: ainda no século XVI, o *Tratado* foi copiado diversas vezes. Além disso, e mais importante, serviu de fonte para a *História do Brasil*, de Frei Vivente do Salvador, escrita no século XVII, e para o *Orbe Novo Seráfico*, de Frei Jaboatão, escrito no século XVIII. Capistrano de Abreu e Adolfo Varnhagen, no XIX, já defendiam a importância do *Tratado* para a historiografia brasileira – Capistrano chegando, inclusive, a defini-lo como uma enciclopédia do século XVI.¹⁸ Mas com o crescimento das vilas e da população canavieira no século XVII, surgiram novos escritores que elaboraram outros discursos sobre o sertão, caso da obra de Ambrósio Fernandes Brandão, os *Diálogos das Grandezas do Brasil*.

Os *Diálogos*, escritos em 1618 como uma crônica sócio-econômica da colônia portuguesa¹⁹, têm sua autoria atribuída a Fernandes Brandão, reinol morador de Pernambuco desde fins do XVI. Feitor, administrador de bens e contratador de dízimos em Pernambuco, Brandão participou da conquista da Paraíba nas décadas finais do século XVI, onde exerceu o posto de capitão auxiliar de uma companhia de mercadores.²⁰ Assim, diferente de Gabriel Soares, Brandão não pertencia às camadas mais abastadas da sociedade açucareira, às elites canavieiras. Era um *trabalhador mecânico*, ainda que bem sucedido. Dessa forma, possuía mais contato com a sociedade livre urbana do que o outro, um senhor de engenho. Situação que o torna uma interessante fonte para a observação da reprodução do imaginário barroco, repleto dos valores da elite açucareira, pela população livre de oficiais mecânicos, ex-escravos, comerciantes.

¹⁸ SILVA, Leonardo Dantas. Apresentação. In: SOUZA, op. cit., p. XIX, XX.

¹⁹ Cf. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – Historiografia colonial 1ª parte*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

²⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Apresentação. In: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes (presumido). *Diálogos das Grandezas do Brasil. segundo o apógrafo de Leiden*. Recife: Imprensa Universitária, 1966, p. XXXIII.

A obra de Brandão é uma apologia à América portuguesa, construída na forma de uma série de debates entre o personagem Brandônio, *alter ego* do autor, que assume o papel de conhecedor do Brasil, e um reinol recém-chegado, que faz às vezes do cético. Os *Diálogos* se propõem não só a descrever a abundância da terra, mas a justificar a colonização. O autor apresenta a América como uma terra de riquezas, mais fértil que o estado da Índia, mas assolada pela escassez de gêneros provocada pela negligência dos moradores que descuidavam do bem geral, interessados apenas na exploração da terra. Brandão procura, assim, com sua obra justificar a América, criticando, todavia, o tipo de exploração que realizada então.

Apesar das críticas, os *Diálogos* também são uma crônica utilitarista, na qual as descrições geográficas e etnológicas foram empregadas para compor um manual da boa exploração colonial. O autor teceu apologias às atividades extrativistas, além de promover a agricultura, apresentando-a como veículo para o desenvolvimento da colônia. A agricultura de cana-de-açúcar, ligada à agroindústria exportadora, em início do século XVII estava já bastante consolidada na costa brasileira. Mas Brandão defendia outro tipo de agricultura, uma que abarcasse o cultivo de subsistência e de gêneros secundários que diversificassem a produção. No entanto, longe de propor o desenvolvimento de uma economia interna, análises e comentários tinham o intuito de defender o bom uso da América para maior enriquecimento da Espanha.

O aspecto formal da obra também precisa ser levado em consideração. Os diálogos constituem um gênero literário clássico que tinha finalidades pedagógicas e era utilizado já desde Platão. A escolha desse gênero sugere a influência das estruturas de pensamento clássicas do Ocidente sobre o autor. Esse elemento é também perceptível em suas citações de Ptolomeu, Averróis e Avicena, assim como na utilização da mitologia clássica como parâmetro comparativo para a descrição e análise de costumes indígenas, como no exemplo das guerreiras tupi:

Brandônio: Pois também vos posso afirmar que, com ser esse gentio assaz lascivo por natureza, há muitas donzelas entre eles, que amam sumamente a castidade, como são umas que totalmente fogem de ter ajuntamento viril, pretendendo de se conservarem virgens, e para que o possam melhor fazer, se exercitam no arco e na flecha, com andarem de ordinário pelos campos e bosques, à caça de brutas feras, nas quais fazem grandes presas, recreando-se nesse exercício, pelo qual desprezam todo outro. **Alviano:** Estas tais deviam de ouvir contar de Diana e de suas ninfas, e pelas imitar tomam a caça por exercício.²¹

²¹ BRANDÃO, op. cit., p. 40, 211.

Aqui, ao descrever as guerreiras tupi, o cronista longe de buscar apreender sentidos e significados inerentes àquela sociedade, interpretou-as com base em modelos extraídos da mitologia greco-romana, tão valorizados pela cultura renascentista: as amazonas, as ninfas, a deusa Diana.²² Brandão conduzia, assim, seu leitor a se identificar com a cultura letrada ocidental, e rejeita possíveis empatias com os hábitos tupi ao negar significados sócio-culturais próprios a estes.

Esse conhecimento dos filósofos medievais e da mitologia greco-romana incluía Brandão na categoria dos letrados da colônia açucareira. Esse papel social o afastava das camadas mais baixas da *plebe* das vilas do açúcar, analfabeta. Mas, sua situação de morador dessas vilas e oficial-mecânico permitia que ele compartilhasse do imaginário comum. Assim é que suas descrições da terra, da fauna, da flora e dos habitantes trazem elementos do imaginário coletivo da sociedade canavieira, sendo o conceito de sertão um exemplo.

Em geral, o sertão aparece nos *Diálogos* associado tanto ao interior quanto à abundância. Ao descrever o Pará, por exemplo, Brandão afirma:

Brandônio: (...) a terra firme pelo rio adentro é fertilíssima, acompanhada de muitos bons ares, e por este respeito nada doentia; tem muitas excelentes madeiras, capazes para grandes fábricas, muito mantimento de ordinário da terra, muita caça agreste de que abundam todos os seus campos, muito peixe, que se pesca com pouco trabalho, sadio e saboroso e de diferentes castas, muito marisco e até o presente (pelo pouco tempo que há que é povoada) não se há feito pelos nossos nenhum benefício na terra, a qual habita gentio de cabelo corredio e de cor baça, e que usa da mesma língua de que usam os demais do Brasil.

Alviano: Sabeis porventura de onde traz seu princípio tão grande rio?

Brandônio: Os naturais da terra querem que o tenha de uma lagoa que dizem estar no meio do sertão, (...).²³

Nesse trecho, o sertão do rio Amazonas – seu próprio nome derivado da transposição de mitos europeus para as Américas – foi apresentado como uma região de riquezas inexploradas, sem o “beneficiamento” que poderia advir de uma exploração sistemática dos recursos naturais e humanos. O sertão assumia, assim, o senti-

²² A partir de murais mexicanos do século XVI, Serge Gruzinski discutiu essa enorme influência da cultura renascentista sobre os letrados do Novo Mundo. Cf. GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²³ BRANDÃO, op. cit., p. 13.

do de terra abundante, de espaço aproveitável, mas obstaculado pela presença dos índios. Esse sentido de terra de riquezas já fora apresentado por Gabriel Soares, mas com Brandão, no século XVII, a presença indígena nos interiores começou a aparecer como um empecilho à colonização.

Ao longo de sua vida, Fernandes Brandão passou de comerciante a senhor de engenho, mas assumiu também outros papéis na sociedade açucareira: foi arrematador de dízimos, capitão de companhia miliciania de mercadores. Tornou-se capitão de infantaria, e como tal combateu tribos tupi nas matas de São Lourenço e Nazaré da Mata, em Pernambuco.²⁴ Apesar dessa diversidade de atividades, no que toca ao sertão, a convivência de Brandão com os interiores continentais não ultrapassou a região da mata norte do litoral pernambucano, ainda durante as lutas contra as tribos tupi da costa. Apesar de louvar a pecuária como uma das fontes de riqueza do Brasil, o autor não fez referências a colonos moradores nos sertões, sugerindo que a seu ver os habitantes dos sertões eram tão somente os índios, o gentio. Brandão escreveu em 1618, e seu sertão difere do sertão de seu antecessor, Gabriel Soares, pois este se interessava pelo continente como provável fonte de metais, enquanto Brandão não tinha e não procurava um contato direto com o sertão. Apesar dessas diferenças, que nos ajudam a traçar as variações no imaginário açucareiro entre fins do XVI e fins do XVII, o sentido básico da idéia de sertão permaneceu sem grandes alterações: o espaço onde a colonização era mais uma promessa que um fato.

Lembremos, todavia, que o primeiro significado de sertão era interior. Significado que também aparece em Brandão. Os exemplos são vários: “É verdade que não se tem estendido muito para o sertão”²⁵, afirmando que determinado personagem não adentrara ainda o interior. Sobre a origem do Rio Amazonas: “Os naturais da terra querem que o tenha de uma lagoa que dizem estar no meio do sertão”. Mas, diferentemente de Soares, para Brandão, o sertão era já um interior bem específico: o espaço ocupado pelos gentios. Podemos observar este sentido em sua descrição sobre os potiguar na Paraíba, gentio que, segundo ele, era:

senhor de todo o sertão, belicosíssimo e inclinado a guerras, custou muito trabalho e despesa fazê-lo reduzir à nossa amizade e desviá-

²⁴ MELLO, In: BRANDÃO, op. cit.

²⁵ Ibid., p. 7.

lo da que tinha com os franceses, sendo forçado aos nossos, para se haver de conseguir este efeito, fazerem muitas entradas com mão armada pelo sertão a dentro, principalmente a uma serra, que chamam de Copaoba, aonde estava o gentio junto em muita quantidade, por ser fertilíssima, e, como tal, se afirma dela produzirá muito trigo, vinho e outras frutas de nossa Espanha.

Alviano: Qual é a razão por que se não aproveitam os nossos dessa serra, que dizeis ser tão abundante?

Brandônio: Não o fizeram até agora por estar um pouco desviada para o sertão e o gentio que nela habitava andar desinquieta, mas já agora tem mandado Sua Majestade que se povoe, elegendo para efeito da dita povoação Duarte Gomes da Silveira, com título de Capitão-mor da mesma serra, onde assistem já, na doutrina dos índios, religiosos da Ordem do Patriarca São Bento, (...).

Aqui o sertão aparece como a terra do *gentio bravo*, lugar de perigo dominado pelos “belicosíssimos” índios. Mas seu sentido de espaço das promessas de riqueza não foi esquecido: a serra de Copaoba, por exemplo, foi descrita como fertilíssima, o que deveria incentivar entradas “sertão a dentro”. A riqueza estava associada às dificuldades em adquiri-la: as entradas tinham de ser feitas à mão armada contra os indígenas. Perpetuava-se também a crença – originária da reconquista ibérica, onde o serviço militar era a única forma de ascender em uma sociedade estamental – de que a aquisição de riquezas e a ascensão social podiam ser conseguidas através de conquistas militares. Nesse sentido, o sertão era uma área aberta para o conquistador que buscasse fidalguia, enobrecimento e enriquecimento.

A descrição da fertilidade do sertão, em Brandão, está intimamente ligada a seu discurso apologético das riquezas da terra: o Brasil era a terra onde abundavam todas as frutas, diferente da Ásia; se havia carestia e penúria, estas se deviam ao pouco interesse empreendedor dos colonos, e não à pobreza da terra. Nesse sentido, sua representação do sertão era ufanista. Apesar de ser um espaço no interior, senhoriado por índios bravios, lugar de perigos, o sertão era também área promissora para aqueles que se interessavam em investir nesta região: “E o que mais espanta é ver que toda esta grande costa, assim no sertão como nas fraldas do mar, tem excelentíssimo céu e goza de muitos bons ares, sendo muito sadia e disposta para a conservação da natureza humana”.²⁶

²⁶ Ibid., p. 13, 22, 38.

Nesse discurso utilitarista, onde o valor da América estava nas possibilidades de sua exploração, a fertilidade era o parâmetro para julgar a colônia. Uma fertilidade, que para o autor, nem sempre era bem explorada. Os *Diálogos* tecem críticas ao que Brandão considera como desinteresse dos colonos em desenvolverem o “bem comum”:

E todos, assim uns como outros fazem suas lavouras e granjearias com escravos de Guiné que para esse efeito compram por subido preço. E como o de que vivem é somente do que granjeiam com tais escravos, não lhes sofre o ânimo ocupar a nenhum deles em cousa que não seja tocante à lavoura que professam, (...). Por maneira que este pressuposto que todos têm em geral de se haverem de ir para o Reino, e com a cobiça de fazerem mais quatro pães de açúcar e quatro covas de mantimento, não há homem em todo este Estado que procure em se disponha a plantar árvores frutíferas, em fazer as benfeitorias acerca das plantas, que se fazem em Portugal, e, pelo conseguinte, se não dispõe a fazerem criações de gado e aves; (...).

Sua crítica recai diretamente sobre o monopólio da agroindústria canavieira, assim como sobre determinados valores que a sustentavam. Valores nitidamente barrocos. Estes não estão só visíveis na dependência do trabalho escravo, mas também na idéia generalizada de que um *homem bom* deveria ir para o reino usufruir os bens conseguidos na colônia.

No imaginário barroco açucareiro, o espaço da *civilização* e o espaço da *barbárie* eram delimitados pela colonização. Depois de descrever os costumes dos índios ditos “tapuias”, Brandão afirmou que: “Destes costumes, que até agora tenho tratado, são dos que usam no sertão o gentio que por ele habita, sem terem comércio nem conhecimento dos brancos, que os que andam entre nós e estão debaixo da doutrina dos religiosos, vivem já muito desviados de semelhantes costumes”.

Nesse trecho percebemos a demarcação do sertão/barbárie a partir da presença de brancos, de colonos, e os índios que cruzavam essa fronteira espacial, também estavam cruzando uma barreira cultural. Assim, os costumes selvagens seriam características apenas dos habitantes do sertão, enquanto os índios que atravessassem a fronteira da colonização, aqueles que tivessem “comércio e conhecimento com os brancos”, estariam se desviando de tais costumes, e se inserindo no espaço da civilização. O sertão se definia, então, como o espaço por excelência da barbárie.

A própria descrição dos *tapuias* ressalta essa definição:

Estes tapuias vivem no sertão e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantarem mantimentos para sua sustentação, porque todos vivem pelos campos, e do mel que colhem das árvores e as abelhas lavram na terra, e assim da caça, que tomam em grande abundância pela flecha, se sustentam, (...). Também são na fala diferentes, porque os demais gentios não entendem, por terem a linguagem arrevesada. Trazem os cabelos crescidos como de mulheres, com serem geralmente tão temidos de todos os mais gentio, que é bastante um só tapuia para fazer fugir muitos; (...).²⁷

Nesse trecho, os *tapuias* do sertão foram caracterizados como mais selvagens que os outros “selvagens” da América, visto que os demais nem os entendiam. Foram associados às feras, uma vez que não tinham “casas ordenadas”, nem “plantavam para sua sustentação”. A pretensa brutalidade de seus homens foi destacada na aparência feminina que o cronista lhes impôs. Feminilidade que contrariava a violência que lhes imputou. A associação com a feminilidade no discurso do autor inferiorizava os *tapuias*, visto o imaginário barroco ser caracteristicamente misógino. Além disso, essa bravura contrastava com a afirmação anterior sobre sua covardia, e aparece aqui mais como uma característica animalesca do que como uma qualidade de guerreiros, valorizada na cultura ibérica.

Até onde sabemos, antes de escrever os *Diálogos*, Brandão nunca tivera nenhum contato direto com as tribos do sertão. Tal fato sugere que, longe de ser uma descrição de suas próprias experiências, sua narrativa aparece mais como um reflexo de outras falas, de determinadas representações existentes no imaginário das vilas que habitou. Da mesma forma que o de Soares de Souza, o discurso de Fernandes Brandão não se fundamenta em conhecimento adquirido no cotidiano, tendo sido construído basicamente com imagens pertencentes à memória coletiva da sociedade da qual fazia parte. Situação que transforma o sertão de Gabriel Soares e de Ambrósio Fernandes no sertão dos habitantes das vilas do açúcar.

A partir dessas considerações percebemos que a idéia de um sertão interior, espaço do selvagem, não desbravado, abundante e habitado por tribos bravias, mais do que imagem criada/reproduzida por Soares de Souza e Fernandes Brandão, pertencia principalmente à população urbana da zona açucareira. No século XVII, essa representação surgiu em outros discursos, como, por exemplo, no do Capitão Gregório Varela de Berredo Pereira, que ao descrever os esforços e cuidados do governador de Pernambuco,

²⁷ Ibid., p. 10, 214-216.

Câmara Coutinho, na guerra do Açú, retratou a região em questão nos seguintes termos:

Este nome de Açú é do rio que fertiliza aqueles campos, sua derivação é ser cousa grande e na verdade assim é pela grandeza dos campos, que a multiplicação dos gados, que com a frescura deles crescem em muito breve tempo, mas muito dificultoso de se poder habitar, por estar de distância de trezentas léguas pelo sertão dentro, em partes com morros de areais e em outras de penedia mui agreste; há dez anos, pouco mais ou menos, que se começaram a descobrir estes campos, o qual é todo habitado de Tapuias Bárbaros, que se não pode contar a imensidade que há deste gentio, com diversas nações todas bárbaras e agrestes.²⁸

Essa imagem foi elaborada por um contemporâneo da conquista do sertão e da mobilização de tropas para o interior, um homem livre, cidadão, militar pertencente aos grupos intermediários da estrutura social. Sua origem e sua profissão aproximam-no, mais do que qualquer outro cronista, dos elementos urbanos livres da zona açucareira. E seu discurso partilha das imagens já compostas por Soares e Brandão, de “grandeza dos campos”, “frescura” e “multiplicação dos gados”, assumindo o sertão como área promissora, mas de difícil colonização pela sua “agrestia”: não apenas seus habitantes – definidos já aqui como *bárbaros* –, mas a própria terra era selvagem: a distância, os areais, a penedia agreste.

Na segunda metade do século XVII, o sertão começou a ser conquistado, construindo uma nova sociedade colonial. Mas a sociedade açucareira continuou a percebê-los basicamente como no período pré-conquista: durante o século XVIII, por exemplo, fugas de escravos e criminosos, e deserções de soldados para o sertão ainda o justificavam como uma área de fronteira perante o imaginário da zona do açúcar.

A título de considerações finais, podemos ressaltar que, após analisar os discursos dos cronistas com base em seu ambiente de produção, no autor enquanto indivíduo, no meio social e imaginário nos quais autor e obra se inseriam, percebemos, em primeiro lugar, que tais discursos muitas vezes diziam mais sobre o imaginário dominante nas vilas açucareiras coloniais do que propria-

²⁸ PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. Breve Compêndio do que Vai Obrando neste Governo de Pernambuco o Senhor Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. Apud MELLO, J. A. Gonçalves de. Pernambuco ao Tempo do Governador Câmara Coutinho (1689-1690). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, Vol. LI, 1979, p. 257-300 (aqui p. 264).

mente sobre as condições de vida no sertão. Em segundo lugar, a análise dessas obras nos deixou uma questão importante: quais das idéias esboçadas em cada obra pertenciam exclusivamente ao autor como indivíduo, e quais eram aquelas originárias no imaginário dominante e compartilhadas com sua sociedade? Apesar das dificuldades nessa distinção, não podemos esquecer que ao lado das representações elaboradas pelo imaginário dominante, temos sempre os interesses, idéias e experiências dos próprios autores/indivíduos: o interesse de Soares em obter privilégios para entradas no sertão, a formação letrada de Brandão etc. Assim, além da abordagem da obra a partir de uma perspectiva discursiva e histórica, devemos também considerar os elementos pessoais que caracterizam os textos como obras literárias únicas.

Tratados, crônicas, diálogos, relações e descrições eram escritos literários bastante comuns na Idade Moderna, tanto na Europa quanto na América. E, como vimos, dentro da cultura normativa do barroco, esses textos se caracterizavam como instrumentos de organização de conhecimento útil para o controle social, tornando-se verdadeiros manuais.²⁹ Na América, mesclaram idéias transplantadas da Península Ibérica com as novas condições de existência e, ao mesmo tempo em que reproduziam os anseios da colonização, produziam novas imagens, próprias das pessoas que constituíam a sociedade colonial. Sendo a partir dessa conjunção entre imagens e valores transplantados com o cotidiano colonial, que o sertão nasceu enquanto conceito.

Esse conceito de sertão era, por sua vez, uma construção do imaginário barroco açucareiro, para o qual o sertão era sertão não por ser um deserto físico, mas por não contribuir para a economia colonial. Era um deserto pela ausência de súditos da Coroa e de exploração econômica efetiva, elementos que o caracterizariam como um espaço civilizado. E o espaço civilizado colonial era, por excelência, a área açucareira: espaço que contrastava com os interiores selvagens. Apesar da transformação das Minas Gerais em centro da colônia, no século XVIII, a zona do açúcar manteve seu status de lugar de civilização. Até o século XVIII, quando a sociedade sertaneja se consolidou como uma estrutura econômica e sócio-cultural própria e original, o sertão foi para as capitânicas do norte lugar do desconhecido, do indefinido, mas também da

²⁹ “Conhecer, no século XVII, segundo esses textos [as crônicas e relações], é nomear, o que, no discurso do colonizador, institui uma relação administrativa: nomear é governar” ORLANDI, op. cit., p. 104. Essa ânsia por conhecer/nomear é barroca, como já afirma MARAVALL, op. cit., p. 119-185. O gênero literário insere assim seu autor no imaginário barroco da colônia.

transposição de mitos e de imagens clássicas, principalmente desde o momento em que a área açucareira já não comportava esses mitos. Pois, a partir do final do século XVI, com a consolidação da estrutura social da própria sociedade açucareira, com o estabelecimento de uma hierarquia social que oferecia poucas oportunidades de mobilidade, de ascensão, o imaginário dominante nas vilas do açúcar começou a retratar o sertão como o espaço para essa ascensão. E para o sertão foi transferida a busca pelo *el dorado*.

Nesse contexto, os discursos de Gabriel Soares de Souza e de Ambrósio Fernandes Brandão pertenciam a uma determinada representação do sertão existente no imaginário barroco açucareiro. Essa representação estava ligada aos grupos sociais dos quais nossos autores faziam parte, as camadas dominantes da sociedade açucareira, mas foi utilizada também por personagens exógenos a esse imaginário: índios milicianos, paulistas que combateram contra o quilombo de Palmares etc. Tais personagens dificilmente se encaixariam na mentalidade barroca, mas em contato com o processo de colonização aprenderam a se apropriar, e empregar a seu favor, diversos discursos da sociedade açucareira para conseguir *mercês* da Coroa.³⁰ Com base nisso é que podemos falar de um imaginário dominante, pois ainda que os valores barrocos mestiços não fossem únicos na sociedade canavieira, apresentavam-se como hegemônicos e eram aceitos como os valores oficiais pelos diferentes grupos sociais que a compunham.

³⁰ Exemplo dessa situação pode ser visto em uma carta régia passada para o governador de Pernambuco em 1668, sobre petição feita pelo capitão de infantaria do Terço dos Índios de Pernambuco, Simão Jacques Thomas. Thomas, que lutara contra Palmares, pedia confirmação de seu posto, justificando sua reivindicação com a afirmação de que “em muitas ocasiões de guerra contra os negros dos Palmares em que procedeu com muito valor assistindo por vezes muito tempo naqueles sertões com grandes desconfortos e misérias” (Arquivo Histórico Ultramarino, códice 256, fl. 75-75v. UFPE). É provável que essa petição tenha sido escrita por um procurador a serviço do capitão índio, mas isso não muda o fato de que o mesmo capitão soube se apropriar do discurso dominante, ainda que por intermédio de terceiros, para obter da Coroa resposta para seus pedidos. Apropriando-se da imagem difundida do sertão como espaço de perigos e dificuldades, ele se apresentou como pessoa *civilizada*, que sofrera os *incômodos* do sertão em benefício da Coroa, merecendo, por isso, receber *mercês*. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras, – Os Pobres do Açúcar na Conquista do Sertão de Pernambuco nos séc. XVII e XVIII*. Recife, Doutrinado em História, UFPE. 2003.